

Nesta Edição:

- Medida Provisória 534 de 2011 – Inclusão dos *Tablets* na Lei do Bem;

## Medida Provisória 534: inclusão dos *tablets* na Lei do Bem

Foi publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União a Medida Provisória 534, que inclui os *tablets* na Lei do Bem (Lei 11.196/2011).

De acordo com a Medida Provisória, serão beneficiados dispositivos "que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 centímetros quadrados, classificadas na subposição 8471.41 da Tipi, produzidos no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo".

Com a inclusão dos *tablets* na Lei do Bem, ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo. Nas notas fiscais emitidas pelo produtor, pelo atacadista e pelo varejista relativas à venda dos *tablets*, deverá constar a expressão "Produto fabricado conforme processo produtivo básico", com a especificação do ato que aprova o processo produtivo básico respectivo.

A CNI apoia a inclusão dos *tablets* por entender que tal medida atualiza o programa de inclusão digital criado pela Lei do Bem, adequando-a às recentes evoluções tecnológicas ocorridas no setor.

O prazo de emendas à Medida Provisória 534/2011 encerra-se em 29 de maio.

## panel

### ■ Código Florestal e Medida Provisória 517 de 2010

A votação do projeto de lei do Código Florestal (PL 1876/99) a partir da próxima terça-feira (24) é o destaque do Plenário, que, segundo acordo entre lideranças partidárias, deverá analisar também a Medida Provisória 517/10, que trata sobre financiamento privado de longo prazo, prorrogação da isenção do AFRMM e da Reserva Global de Reversão (RGR).

### ■ RGR no Senado

A prorrogação da RGR, encargo cobrado sobre energia elétrica e discutido na Medida Provisória 517, será objeto de audiência pública na Comissão de Infraestrutura no Senado nesta quarta-feira às 14 horas.

### ■ Medida Provisória 521

Outra Medida Provisória que deve ser apreciada essa semana na Câmara, mas que sobre ela não há acordo para votação, é a MPV 521. Originalmente a Medida Provisória dispunha sobre o reajuste da bolsa do médico residente. Entretanto, no texto apresentado pela relatora Jandira Feghali (PCdoB-RJ), são criadas regras diferentes para licitações de obras e serviços relacionados às copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014) e às Olimpíadas (2016).